



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)

GT 3 – Mediação, circulação e apropriação da informação

NOVO QUADRO CONCEITUAL PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: INFORMAÇÃO, MEDIAÇÕES E CULTURA

A NEW FRAMEWORK FOR INFORMATION SCIENCE: INFORMATION, MEDIATION AND CULTURE

Carlos Alberto Ávila Araújo¹

Modalidade da apresentação: Comunicação Oral

Resumo: O objetivo deste texto é apresentar uma proposta de quadro conceitual para a ciência da informação a partir da aproximação entre o conceito de informação e os conceitos de “mediações” e “cultura”. Com isso, espera-se articular questões das tendências contemporâneas da ciência da informação com uma discussão específica que é a aproximação do campo às áreas de arquivologia, biblioteconomia e museologia. Para tanto, utilizou-se como procedimento uma reconstrução do conceito de informação a partir da abordagem fenomenológica de Berger e Luckmann sobre a construção social da realidade, articulando, a partir daí, contribuições de diferentes autores do campo da ciência da informação.

Palavras-chave: Conceito de informação. Cultura. Mediações. Ciência da Informação.

Abstract: *The aim of this paper is to present a proposal for a conceptual framework for information science from the combination between the concept of information and the concepts of “mediations” and “culture”. It is expected to articulate issues of contemporary trends in information science with a specific discussion - the dialogue of the field with the areas of archival science, library science and museum studies. Therefore, we do a reconstruction of the concept of information from the phenomenological approach of Berger and Luckmann on the social construction of reality, articulating, from there, contributions from different authors in the field of information science.*

Keywords: *Concept of information. Culture. Mediations. Information Science.*

¹ Diretor da Escola de Ciência da Informação da UFMG. Pós-doutor pela Universidade do Porto, doutor em Ciência da Informação pela UFMG.

1 INTRODUÇÃO

Existe um debate sobre o que é ciência da informação, e também sobre o(s) conceito(s) de informação utilizado(s) por ela, que acompanha essa ciência desde o seu surgimento. Novas questões colocadas pelo desenvolvimento tecnológico, pelas realidades institucionais, pelas práticas dos profissionais e também das pessoas em geral têm sempre demandado novas formulações conceituais capazes de proporcionar maior poder explicativo em relação aos fenômenos ditos informacionais.

Neste artigo, propõe-se a formulação de um quadro teórico de referência para a ciência da informação a partir da conjugação de duas questões. De um lado, busca-se aqui, em sintonia com as tendências recentes da área, apresentar uma visão específica de como estudar a informação desde uma perspectiva pragmaticista, com ênfase na dimensão intersubjetiva dos fenômenos, considerando os contextos concretos em que eles acontecem – o que vem sendo chamado de terceiro modelo, terceiro conceito ou terceiro paradigma da ciência da informação (SARACEVIC, 1999; ØROM, 2000; FERNÁNDEZ MOLINA; MOYA ANEGÓN, 2002; CAPURRO, 2003). De outro lado, busca-se uma construção teórica que evidencie não apenas os vínculos entre a ciência da informação e os campos da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia, em particular (e de forma privilegiada), e outras disciplinas científicas de forma geral, como também apresente uma maneira particular de compreensão e articulação destes vínculos (SMIT, 2000; SILVA, 2006; ACCART, 2014).

Para realizar tal empreendimento, no presente texto é feita uma aproximação entre o conceito de “informação” e os conceitos de “cultura” e “mediações”. Acredita-se que essa tríade conceitual possibilita uma reconstrução do conceito de informação a partir do próprio ato fundacional dos fenômenos informacionais – a existência humana no mundo, a atuação humana de construir e se inserir na realidade social, bem como as distintas maneira como se dão essas atuações e inserções.

Como forma de fundamentar a discussão, recorre-se a distintos autores, mas tendo como base fundamental a obra “A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento”, de Peter Berger e Thomas Luckmann, publicada em 1966 e que teve, e ainda tem, impacto gigantesco em todas as ciências humanas e sociais. É a partir de conceitos presentes nessa obra que dimensões dos fenômenos informacionais são identificadas e analisadas, para a seguir serem convocados os outros dois conceitos e outros autores de forma a se produzir, ao final, uma proposta de um novo quadro conceitual para a ciência da informação.

2 QUADRO CONCEITUAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O debate sobre o que é ciência da informação e o que é informação no contexto dessa ciência, como dito acima, surgiu na sua própria origem e a vem acompanhando ao longo das décadas. É possível identificar alguns consensos relativos, em determinados momentos, bem como tentativas de aglutinar tendências e perspectivas existentes em certos períodos e contextos.

Um rápido apanhado histórico da ciência da informação permite evidenciar uma tendência muito clara em seu surgimento, nas décadas de 1950 e 1960. Vinculada ao contexto do pós-guerra e do início da guerra fria, a ciência da informação alinhou-se à percepção da dimensão estratégica da informação científica para o desenvolvimento tecnológico, econômico e militar. Distintas áreas de estudo (a construção dos primeiros sistemas automatizados de recuperação da informação, o mapeamento dos fluxos da informação científica com a identificação de fontes e atores relevantes, o desenho de sistemas planejados de armazenamento e disseminação de documentos) foram unificadas (SARACEVIC, 1970) em torno de uma demanda mais pragmática (política e estratégica) do que propriamente científica (teórica e conceitual). A utilização da teoria matemática da comunicação de Shannon e Weaver (1975) proporcionou a estabilidade conceitual desse movimento, trazendo um conceito de informação “limpo” das dimensões semântica e pragmática, isto é, focado apenas na dimensão sintática, portanto técnica, dos fenômenos a serem observados e estudados. Estudar a informação, nessa perspectiva, consistia em estudar fenômenos de *transmissão* de documentos, isto é, de “transporte” de algo tido como informação, de um ponto a outro, de um ator a outro, bem como dos meios a serem utilizados para garantir que esse transporte se desse de maneira mais rápida, econômica, exata e completa (isto é, sem perdas). Utilização de linguagens controladas, desenvolvimento de algoritmos de recuperação, treinamento de cientistas, criação de bases de dados foram algumas das empirias e aplicações desse primeiro projeto de ciência da informação.

A metáfora do quarto chinês, desenvolvida por Searle (1980), sintetiza bem a ideia desse projeto: uma ciência que é quase como um “carteiro”, preocupada em garantir a entrega de uma mensagem, sem se preocupar com seu significado, com as identidades dos remetentes e dos destinatários, com os contextos em que tal ação acontece. Plenamente inserida numa compreensão positivista da realidade, em busca da produção de um conhecimento pautado pela aplicabilidade, tal ideia enfatiza a dimensão mecânica dos processos e a sua fisicalidade.

Nas décadas seguintes, essa construção teórica foi sistematicamente questionada em seu poder explicativo. Um primeiro grande movimento deu-se no final da década de 1970, a partir da argumentação a respeito da ausência do sujeito, do indivíduo, nos estudos. A equação fundamental da ciência da informação proposta por Brookes (1980), que se tornou famosa, apontava a informação como sendo o resultado da incorporação de dados, pelo indivíduo, no estado do conhecimento deste indivíduo. Inseriu-se nesse momento, no campo da ciência da informação, uma tríade conceitual que passou a dar estabilidade ao campo: dados (os registros físicos de conhecimento, a materialidade), conhecimento (aquilo que está na mente das pessoas, o que elas sabem, o seu “repertório”) e informação (como o resultado da interação entre os outros dois, isto é, o tanto que os dados alteraram o conhecimento existente). Tal modelo de compreensão espalhou-se pelas diversas subáreas do campo, da recuperação da informação à bibliometria e aos estudos de usuários (BELKIN, 1990), constituindo-se praticamente como um “segundo paradigma” em oposição ao modelo dominante nas décadas anteriores (INGWERSEN, 1992).

Por um lado, é possível dizer que tal movimento ampliou o quadro de compreensão em relação ao momento anterior. A uma perspectiva essencialmente “objetivista” de compreensão da informação, opôs e apresentou uma proposta “subjetivista”. Mas executou tal movimento a partir de uma mirada essencialmente cognitivista, e de uma abordagem muito específica da dimensão cognitiva. Cognição equivaleu, nas teorias que se seguiram a tal modelo, ao preenchimento de uma lacuna na mente dos sujeitos, de um vazio em relação a algum tópico ou fato. Os sujeitos foram tomados como seres quase que exclusivamente mentalistas, isolados no mundo, como se fossem apenas clientes de um balcão ou de um serviço de informações. Como apontou Capurro (2003), como se vivessem em um mundo exclusivamente numênico.

Tal proposta se alinhou ao principal objetivo da época, o desenvolvimento de sistemas de busca de informação orientados aos usuários, isto é, capazes de “duplicar” os processos por meio dos quais os seres humanos buscam informação. A demanda essencialmente pragmática se colocou novamente, dessa vez numa dimensão mais propriamente econômica e tecnológica (computacional), e teve novamente como resultado a simplificação do quadro de compreensão, perpetuando, em vez de negar, o quadro compreensivo mais amplo da ciência da informação – a saber, a perspectiva positivista. Estudar a informação nesta perspectiva é analisar sujeitos sentindo falta de certos elementos e agindo em busca desses elementos, de forma a produzir máquinas capazes de reproduzir tais processos. Se o modelo anterior, fisicista, enfatizava apenas a existência de dados e informação, este modelo, ao adotar a tríade

dado-informação-conhecimento, buscou apresentar um quadro compreensivo mais amplo, e se tornou hegemônico nas décadas de 1980 e 1990.

No início dos anos 1990 começaram a se desenhar perspectivas de estudo da informação criticando tanto a perspectiva fisicista quanto a perspectiva cognitivista de estudos. Análises calcadas no conceito de “regimes de informação” (FROHMANN, 1995; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012) reivindicaram um retorno à materialidade do documento, não para estudá-la *em si*, mas para, a partir dela, identificar toda uma cadeia de processos, articulações e atravessamentos (como um epicentro a partir do qual ondas se espriam) que consistiriam, em última análise, no fenômeno informacional. Estudar informação é, antes de tudo, prestar atenção aos contextos concretos, singulares, em que documentos são produzidos, disseminados e utilizados por diferentes atores, dotados de diferentes recursos, lidando com regras e ordenamentos, e posicionados em diferentes níveis e dimensões da realidade política, econômica, social e cultural. Parcialmente semelhantes a essa abordagem são os estudos que buscam analisar a realidade contemporânea a partir da crítica à ideia de “sociedade da informação” e da análise de sua construção histórica (DAY, 2001; MATTELART, 2002)

Noutra linha, pesquisas ancoradas na proposta da “análise de domínio” (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995; HJØRLAND, 2002) buscaram enfatizar o caráter coletivo da informação, isto é, como os sujeitos constroem coletivamente, socialmente, os critérios de relevância, de necessidade, de qualidade e demais atributos relacionados com o uso, a valorização e a classificação de documentos e também de sistemas construídos para a organização destes documentos. O conceito de “comunidades discursivas” mostrou-se, neste caso, fundamental para a ênfase na dimensão intersubjetiva dos fenômenos informacionais, numa proposta voltada explicitamente para a inserção das dimensões sociais e culturais nos estudos. Perspectivas aplicadas dessa vertente são, entre outras, as pesquisas contemporâneas em folksonomias (SPITERI, 2010) e ontologias (CURRÁS, 2010).

Uma outra tendência são os estudos de “práticas informacionais” (SAVOLAINEN, 1995; McKENZIE, 2003) que buscam estudar como os indivíduos, tanto nos ambientes profissionais quanto nas situações cotidianas, são tanto afetados e influenciados pelas dimensões coletivas e culturais como são, eles próprios, os construtores dessas dimensões, interferindo, com suas ações, naquilo que está solidificado socialmente. Também em ambientes empresariais, na linha dos estudos em gestão da informação, pesquisas de mesma natureza, isto é, enfatizando as dimensões interacionais dos processos de busca e uso da informação, têm sido realizadas (NONAKA; TAKEUCHI, 1997; CHOO, 2003).

O conjunto de perspectivas apontado acima pode ser identificado como aquilo que Saracevic (1999) denomina “conceito mais amplo ainda” de informação, ou que Ørom (2000) chama de “abordagens alternativas”, que Fernández Molina e Moya Anegón (2002) chamam de perspectiva “sociológica” ou, ainda, que Capurro (2003) nomeia como “paradigma social”. Tais autores têm procurado sistematizar as contribuições de tais abordagens, e de outras, no desenho de uma terceira perspectiva de estudos na ciência da informação, que buscaria ir além da tríade dado-informação-conhecimento.

Uma outra tendência contemporânea no campo da ciência da informação se relaciona com as aproximações feitas entre o campo e as áreas de arquivologia, biblioteconomia e museologia, e que tem se manifestado em diferentes países e contextos. No cenário francês, o “mapa” da ciência da informação apresenta papel destacado para as três áreas, na medida em que entende a informação como conhecimento registrado em um suporte (CACALY et al, 2008). Assim, a informação pode estar inscrita em livros, documentos, arquivos ou objetos – advindo daí uma evolução histórica de saberes que, embora tenham se desenvolvido de forma separada, como “setores”, possuem íntima relação. No contexto espanhol, o conceito de documento, bem como a encruzilhada entre as dimensões técnicas e humanística, constituem o elemento articulador da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia como campos em relação com a ciência da informação (LÓPEZ YEPES; OSUNA ALARCÓN, 2011). Já no âmbito dos Estados Unidos, uma contribuição relevante é a de Bates (2012) que distingue o “universo da informação” (composto de livros, jornais, bases de dados, bibliografias, internet, músicas) e o “universo da vida” (composto pelas práticas das pessoas, inclusive aquelas ações de criar e usar os registros de conhecimento). Nesta distinção, a autora recorre aos conceitos de conhecimento, memória e patrimônio, aos quais liga, respectivamente, a bibliotecas, arquivos e museus, compreendidos como instituições de armazenamento e custódia dos registros de informação.

Uma maneira de se compreender as relações entre essas áreas pode se dar por meio da análise da constituição histórica delas e da identificação de suas correntes teóricas. Uma análise da evolução da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia permite ver como, do Renascimento ao século XIX, elas se desenvolveram gradualmente como ciências do estudo dos acervos (ou coleções, ou fundos), das instituições (arquivo, biblioteca e museu) e das técnicas de tratamento destes acervos aplicadas no interior das instituições. Ao longo do século XX, contudo, distintas teorias e estudos, de natureza funcionalista, crítica, fenomenológica e semiótica, não apenas ampliaram o leque dos estudos (de uma perspectiva tecnicista para as relações entre as instituições e os acervos com a sociedade) como também

promoveram perspectivas transversais às três áreas. As perspectivas contemporâneas em cada uma delas (a arquivística integrada, a arquivística pós-moderna, o estudo dos arquivos pessoais, a mediação arquivística; a mediação bibliotecária, a competência informacional, a biblioteca 2.0 e a nova biblioteconomia; a nova museologia, as reflexões sobre o museal, as interações sociotécnicas nos museus, o estudo do patrimônio imaterial) se destacam na busca do caráter interacional entre as instituições e a sociedade, na formulação de modelos globais de compreensão, considerando a articulação dos diferentes elementos envolvidos nos fenômenos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos. São, portanto, desenhos teóricos muito próximos ao que se vem discutindo na “terceira abordagem” ou “terceiro modelo” presente na ciência da informação (ARAÚJO, 2014).

As duas questões contemporâneas apresentadas acima, o terceiro modelo de estudos da informação e o diálogo da ciência da informação com os campos da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia, são o alvo do presente texto. Busca-se aqui, contudo, uma maneira própria de “amarrar” algumas das contribuições teóricas dos dois movimentos a partir de dois conceitos específicos: “mediações” (adiante será explicado o motivo do uso no plural) e “cultura”. O uso dos dois conceitos, juntos ou separados, não é novo na ciência da informação. O que é novo, na discussão aqui apresentada, é o modo como serão articulados de uma maneira específica, dentro do quadro teórico geral exposto a respeito da ciência da informação, de forma a se fazer evidenciar um quadro conceitual realmente inédito para a área, isto é, uma proposta geral de um modelo explicativo para a identificação e a análise dos fenômenos informacionais.

3 INFORMAÇÃO E CULTURA

Os dois modelos de estudo primeiramente constituídos no campo da ciência da informação (o fisicista e o cognitivista) são marcados por algumas características: a instrumentalidade, a fundamentação positivista, a lógica transmissiva, o mecanicismo e finalmente a tríade dado-informação-conhecimento. Essa constatação permite evidenciar o quanto a ciência da informação tornou-se restritiva, tirando do fenômeno “informação” sua pregnância simbólica, sua inserção nos contextos, sua singularidade, sua existência como campo de intervenção ativa dos sujeitos. “Informação” tornou-se um conceito estéril, desprovido de intencionalidade, de humanidade, de significados. Superar tal limitação implica reconstruir a própria noção de informação, e esse é o primeiro passo a ser dado neste texto:

retornar à fenomenalidade original da informação, ao ato fundador, àquilo que torna possível sua existência: a ação humana no mundo. Para isso, recorreremos aqui, como anunciado, à obra de Berger e Luckmann (1985).

Berger e Luckmann estão preocupados em entender o “real”. O que faz com que algo exista? Como se dão os processos por meio dos quais os seres humanos entendem um conjunto de fatos e seres como sendo “a realidade”? Para isso, partem de duas constatações fundamentais: os fatos sociais são coisas, são dotados de uma objetividade, tal como postulado por Durkheim; a ação humana é dotada de um significado que é subjetivo, tal como formulado por Weber. Essas duas constatações não são contraditórias, mas, antes, complementares. A sociedade possui, sim, uma dimensão objetiva, mas que é construída pela ação com significado subjetivo. Perguntam-se eles como é possível que a atividade humana produza um mundo de “coisas”, e como é possível que os significados subjetivos se tornem facticidades objetivas. Neste texto é proposta a seguinte resposta: por meio da informação. O objetivo da argumentação a seguir é demonstrar a validade dessa afirmativa – o que fará a vinculação entre os conceitos de informação e de cultura.

Berger e Luckmann constroem sua “tese” a partir das duas constatações mencionadas acima e da identificação de três processos. A primeira dessas constatações é que a realidade possui uma dimensão objetiva. Como e por que isso acontece? Em primeiro lugar, deve-se destacar o fato de que o ser humano, ao contrário dos animais, não possui um “ambiente” – o organismo humano não se adapta apenas às condições exteriores, ele atua sobre o ambiente, o molda às suas necessidades e capacidades. Ao fazer isso, ele age no mundo. Sua ação no mundo se orienta para a busca de alguma ordem ou direção com o objetivo de se ter uma estabilidade. Cria-se, assim, uma “ordem social”. Essa ordem precede o desenvolvimento individual, isto é, cada indivíduo nasce numa ordem que já existe antes dele; essa ordem também é um produto humano. E essa ordem é produzida no decurso da contínua exteriorização, isto é, a atividade humana de externalizar, de dar existência material, a pensamentos, ideias, sentimentos e impressões. Esse é o primeiro dos processos identificados pelos autores: a exteriorização é uma necessidade antropológica, é um produto da existência humana no mundo, da atividade humana. Ao agir, produzimos novos elementos, até então não existentes, ancorados em diferentes suportes (efêmeros ou duradouros) e que podem estar acessíveis aos outros.

Esse é o primeiro entendimento que se quer vincular, aqui, ao conceito de informação. Como colocado por Capurro (2008), uma primeira noção de informação está vinculada justamente à ação humana de “dar forma a”, de proporcionar existência material a algo que

ainda não existia, de dar materialidade à subjetividade humana. Informação nessa perspectiva não é o produto mas, antes, a ação, essencialmente humana, de “in-formar”, isto é, gerar algo novo na realidade. É nesse sentido que a ação de externalização identificada por Berger e Luckmann pode ser associada à ação de informação (ou à ideia de informação como uma ação).

As ações humanas estão sujeitas ao hábito, à repetição, por uma característica humana que é a busca da economia de esforço. Cenários previsíveis poupam os indivíduos de terem de decidir, a cada minuto, suas linhas de ação. Assim se constroem cotidianamente os padrões – as ações individuais conservam seu caráter significativo, ao mesmo tempo em que se vão incluindo no acervo geral de conhecimentos de uma sociedade. São esses processos que precedem a institucionalização – definida por Berger e Luckmann como a tipificação recíproca de ações habituais. O que faz algo se tornar uma instituição é a sua reciprocidade; o caráter típico das ações e dos atores; a sua acessibilidade a todos os membros do grupo; sua historicidade e controle. As instituições nascem e progressivamente alcançam certo grau de objetividade, ganham maior consistência, são passadas de geração para geração, de maneira que passam a ser vistas como óbvias, naturais, evidentes e imutáveis pelos indivíduos. É aí que se tem uma “ordem social” que, embora construída pelos indivíduos, passa a ser vista como tendo existência em si, quase como a realidade do mundo natural. Ela é vivida como uma realidade objetiva, anterior ao nascimento de cada indivíduo e que continuará existindo após a morte dele. E esse é o grande paradoxo desse processo: o ser humano produz um mundo para, depois, experimentá-lo como algo diferente de um produto humano.

O segundo processo identificado por Berger e Luckmann é o da objetivação – que será tratado no tópico seguinte deste artigo. O terceiro processo é a subjetivação. Ele se relaciona com a segunda constatação: a da dimensão subjetiva da realidade. Cada indivíduo não nasce, já, membro de uma sociedade. Desde que nasce, cada pessoa passa por diferentes processos de socialização, por meio dos quais ela adota padrões de comportamento apresentados a ela, apreende ou interpreta acontecimentos objetivos dotados de sentido. Os significados criados pela pessoa ao longo de sua vida não são autônomos, criações próprias de cada uma isoladamente – antes, são processos em que cada indivíduo “assume” o mundo tal qual os outros que já vivem nele. Só depois de concluído certo grau de interiorização de valores, ideias e percepções é que o indivíduo se torna membro de uma coletividade ou sociedade. Berger e Luckmann chamam de processo de “aquisição de conhecimentos” essa ampla e consistente introdução de um indivíduo numa “ordem social”, isto é, no mundo objetivo de uma sociedade ou parte dela. Esse terceiro processo – a internalização – é complementar ao

primeiro – a externalização. Pela internalização, os atos do mundo objetivado voltam para a consciência humana por meio da socialização.

E aqui está o segundo sentido ao qual se quer vincular o conceito de informação. Remontando, mais uma vez, a Capurro (2008), pode-se identificar uma segunda noção de informação, como o ato por meio do qual o ser humano “se informa”, isto é, utiliza elementos, ideias e registros exteriores a ele para compor sua personalidade, sua identidade, suas percepções e definir suas linhas de ação. Informação aqui é novamente uma ação, a ação do ser humano de se utilizar daquilo que outros humanos criaram. É nesse sentido, pois, que a ação de internalização identificada por Berger e Luckmann também pode ser associada à ação de informação (ou, de novo, à ideia de informação como uma ação).

E é aqui que, acredita-se, surge a pertinência do conceito de “cultura” como categoria analítica propícia a fazer a ligação entre tais processos. Thompson (1995) lembra que o termo cultura surgiu ligado à ideia de cuidado ou cultivo de algo e que, com o humanismo, o desenvolvimento das artes e do pensamento científico, e da noção de “civilização”, assumiu, no final do século XVIII, o sentido do desenvolvimento e “enobrecimento” das faculdades humanas. Um século depois, com o nascimento da antropologia e o interesse na descrição etnográfica dos povos não-europeus, o termo passou a ser usado para designar grupos ou sociedades e pode ser definido como o “conjunto de crenças, costumes, ideias e valores, bem como os artefatos, objetos e instrumentos materiais” (THOMPSON, 1995, p. 173) de uma coletividade. Ao longo do século XX, salienta o autor, o conceito foi sendo aperfeiçoado de forma a incorporar duas dimensões fundamentais. A primeira é o fato de que o ser humano não apenas produz e recebe objetos e registros, mas também os interpreta, produz significado sobre eles. Segundo, o fato de que tais produtos, denominados por ele formas simbólicas, existem “em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas” (THOMPSON, 1995, p. 181).

O conceito de cultura, incorporando essas duas dimensões, permite situar os fenômenos informacionais tanto como fruto, resultado, de determinada ordem de coisas, como, ao mesmo tempo, os produtores dessa mesma ordem de coisas. Os processos de externalização e internalização (ações de “in-formar”, nos termos de Capurro) não existem neles mesmos – antes, são relacionados à imbricada rede na qual existem atores, sentidos, contextos. Estudar informação na perspectiva de sua aproximação ao conceito de cultura recoloca a problemática informacional num outro patamar que não o do mero transporte de

dados de uma mente a outra, nem o da simples transformação de “dados”, na mente dos indivíduos, em “conhecimento”, isto é, um estoque de coisas sabidas por um indivíduo.

Em termos da consolidação de um entendimento sobre informação na perspectiva do terceiro “modelo” ou “paradigma”, a aproximação poderia ser feita a outros conceitos, tais como os de memória coletiva (HALBWACHS, 2006), imaginário (CASTORIADIS, 1982), imaginação (DURAND, 1993) ou representações sociais (MOSCOVICI, 2003). Cada um deles evoca determinadas dimensões ou aspectos da realidade humana e social e encaminharia a discussão para uma ou outra dimensão. Optou-se, aqui, pelo conceito de cultura, por uma razão específica: justamente a vinculação com a dimensão simbólica, significativa, e com a dimensão contextual. Dimensões semântica e pragmática são as marcas da terceira perspectiva de estudos da informação na ciência da informação (CAPURRO, 2003).

4 INFORMAÇÃO E MEDIAÇÕES

Na discussão empreendida por Berger e Luckmann apresentada no tópico anterior, mencionou-se que eles identificam três processos. Dois deles foram apresentados e discutidos: exteriorização e interiorização. Há, ainda, um outro processo: trata-se da objetivação (que se relaciona aos elementos sedimentação, definição de papéis e legitimação). Para entendê-lo, é preciso retornar à ideia de exteriorização: o ser humano, no decurso de suas atividades, produz distintos e diversos registros de conhecimento, que ficam acessíveis aos demais membros da coletividade. Contudo, tanto individual como coletivamente, só uma parte das experiências humanas ficam retidas na consciência – e elas são sedimentadas, consolidam-se como lembranças. Se isso não acontecesse, nenhuma pessoa ou grupo conseguiria dar sentido à sua biografia e à sua existência. Esse é o primeiro elemento da objetivação: a sedimentação, o acúmulo de determinados fatos ou ideias por meio de sua seleção num universo de registros externalizados. Com a sedimentação, determinadas experiências ficam retidas. Isso permite que as experiências externalizadas destaquem-se do contexto original das biografias (nível individual) e fiquem acessíveis a todos.

Outro elemento são os papéis, isto é, a tipificação dos desempenhos dos indivíduos. Os papéis posicionam as pessoas na sociedade e também definem seu lugar na distribuição social do conhecimento (a definição do que é relevante para uma pessoa, e que pode não ser para outra). Assim são definidos socialmente os interesses, as necessidades, as demandas e os critérios de relevância.

E o terceiro elemento é a legitimação, que Berger e Luckmann dizem tratar-se de uma objetivação de “segunda ordem”: são ações que produzem novos significados, significados estes que servem para integrar os significados já ligados aos processos institucionais. A razão de ser da legitimação é garantir que sejam objetivamente acessíveis e subjetivamente plausíveis as objetivações de primeira ordem.

Por meio, pois, da sedimentação, da definição de papéis e da legitimação constrói-se a base para o acervo social do conhecimento. Os significados objetivados por cada sujeito na sua vida cotidiana são tidos como “conhecimento”, circulam e são transmitidos como tais. Tal circulação e transmissão exigem, segundo os autores, algum tipo de aparelho social, e é aqui que se pode introduzir o conceito de “mediações”. A humanidade criou, ao longo do tempo, distintos instrumentos e fazeres para “interferir” nesse processo (BURKE, 2012), isto é, para proporcionar a sedimentação de determinados conhecimentos, para legitimar outros, para direcionar alguns especificamente para certos grupos, e assim sucessivamente. Igrejas, escolas, panfletos, currículos, enciclopédias, veículos jornalísticos, motores de busca no ambiente digital são apenas alguns exemplos de processos ou entidades criadas para atuar diretamente na produção e consolidação do acervo social do conhecimento.

A objetivação é, portanto, o processo por meio do qual linguagens são institucionalizadas, experiências são reificadas, valores sociais são legitimados e a consciência adquire sua condição intersubjetiva. Alguns elementos são selecionados, escolhidos para serem sedimentados e terem maior destaque no acervo social, outros são definidos para públicos específicos, e são ações de mediação que estão presentes nesses processos. Assim, “as mediações designam tanto as operações de tecnicização (mediação técnica) quanto e ao mesmo tempo de intervenção da dimensão subjetiva das trocas e interações” (MARTELETO, 2010, p. 39).

Nos campos da comunicação e da informação, o termo “mediação” vem sendo utilizado principalmente a partir da contribuição de Martín-Barbero (1997) e de toda uma tradição que se seguiu a ele. Argumenta o autor que, na busca do entendimento de como as realidades sociais são o que são, em suas identificações e diferenças, mais importante do que o estudo das institucionalidades (que o autor chama de “meios”) são os contínuos processos de suas construções e apropriações, consolidações e resistências, nos quais atuam diferentes atores (o que ele chama de “mediações”). E, dessa forma, “a noção de mediação veio se transformando nos últimos anos, passando da ideia de transmissão unilinear, concebida nas teorias clássicas e alicerçada na figura de um mediador ou de uma mídia, a um processo onde intervêm diferentes agentes técnicos, sociais e culturais” (MARTELETO; COUZINET, 2013,

p. 3). Ou, dito de uma maneira diferente, poderia-se colocar que é por meio das mediações que as formas simbólicas, os signos, tornam-se forças materiais, provocam fatos e acontecimentos no mundo (DEBRAY, 1993).

E, nesse mesmo sentido, merecem destaque as ações empreendidas especificamente por arquivos, bibliotecas e museus (e, por extensão, por arquivistas, bibliotecários e museólogos), porque eles são exatamente o que Berger e Luckmann chamam de objetivação de segunda ordem. Trata-se de instituições e profissionais que atuam sobre aquilo que as pessoas, cotidianamente, em contextos mais ou menos institucionalizados, produzem, “externalizam” (livros, cartas, ofícios, desenhos, fotografias, vídeos, teses, sites, etc). Eles atuam selecionando alguns itens para compor coleções (ou acervos, fundos, repositórios), bem como criando instrumentos para lidar com eles (inventários, catálogos, classificações, descrições, tabelas de temporalidade, exposições, reservas técnicas), justamente com o objetivo de permitir que estejam disponíveis e sejam acessados, visualizados, lidos, utilizados – proporcionando assim ações de “internalização”, de apropriação, de retorno, às consciências individuais, daquilo que foi externalizado e se tornou realidade objetiva.

Daí a pertinência de se usar, aqui, o termo no plural, “mediações”, de forma a contemplar a multiplicidade de ações, de atores, de instituições, enfim, de interferências, intencionais, orientadas consciente ou inconscientemente segundo determinados valores e objetivos, no acervo social do conhecimento. O termo “mediações” é usado portanto no sentido de uma “ação de interferência (...) direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92) e, especificamente se tratando das instituições arquivo, biblioteca e museu, de uma interferência que se dá entre a externalização e a internalização (portanto, entre ações de “in-formar”), isto é, no âmbito da objetivação, da conformação do acervo social do conhecimento – ou, em outras palavras, na própria constituição da cultura. Esse quadro de compreensão está presente em teorias contemporâneas da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia. Vários exemplos poderiam ser destacados, entre os quais o conceito de “*archivalization*” no campo da arquivologia (KETELAAR, 2001), a ideia de criar condições para a criação de conhecimento nas comunidades como missão do bibliotecário no âmbito da nova biblioteconomia (LANKES, 2011) ou do “museal” (ou fato museal) como objeto de estudo da museologia (RÚSSIO, 1981; STRÁNSKÝ, 2008). Em tais perspectivas, como em muitas outras, verifica-se a ampliação do objeto de estudo das respectivas áreas, dos elementos mais concretos (as instituições arquivo, biblioteca, museus; seus acervos, coleções e fundos; e as técnicas de tratamento e processamento utilizadas) para os elementos mais abstratos, isto é, as

relações que as sociedades estabelecem com os registros de conhecimento por elas criados e utilizados – e, em última análise, a maneira como a cultura é produzida, reproduzida e modificada. É exatamente aí que informação, mediações e cultura encontram-se como operadores de um novo quadro de compreensão para a ciência da informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, estudar informação a partir da sua aproximação ao conceito de cultura permite abrir o horizonte para o estudo tanto da dimensão simbólica (semântica) dos fenômenos informacionais quanto, também, para sua inserção no terreno da experiência, sua singularidade enquanto expressão do encontro de dimensões políticas, históricas, sociais, econômicas. Cultura não designa um “lugar” inerte, isolado nele mesmo, no qual as ações aconteceriam. Antes, cultura expressa o movimento mesmo por meio do qual a realidade é construída, e nesse sentido “informação” é o conceito que permite elucidar como ocorre esse processo. Cultura mostra-se como conceito oportuno para a compreensão da dimensão pragmática no campo da ciência da informação, tal como vem sendo reivindicado pelas abordagens contemporâneas.

Ao mesmo tempo, a noção de “mediações” convoca a ciência da informação a olhar para as distintas intervenções humanas (institucionalizações, sedimentações, acumulações, apropriações, concordâncias, resistências), entendidas não apenas como “operações técnicas” (com um sentido nelas mesmas) tal como no modelo fisicista das décadas de 1960 e 1970, mas compreendidas, tais ações, como práticas históricas, políticas, econômicas, sociais – em suma, culturais, na medida em que se relacionam com ações de “in-formar”.

Garfinkel (2008), em 1952 (portanto no auge da descoberta do termo “informação” como medida quantitativa do transporte de dados entre indivíduos), alertava para o divórcio existente entre a compreensão da informação e a de seu relacionamento com a complexa trama de relações sociais na qual ela é constituída. Pode-se dizer que a história da ciência da informação, dos anos 1960 aos dias de hoje, tem sido a de recuperar e incorporar as dimensões semântica e pragmática que haviam sido “expulsas” quando do seu nascimento.

Com a crítica ao modelo transmissivo dos anos iniciais e à tríade conceitual dado-informação-conhecimento hegemônica nos anos 1990, e a aproximação aos conceitos de cultura e mediações, não apenas é possível se promover o encontro dessas dimensões como, ainda, potencializar o diálogo da ciência da informação com os campos da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia – o que tem sido, também, uma demanda importante dos estudos contemporâneos.

REFERÊNCIAS

- ACCART, J.-P. **Regards croisés sur les métiers des sciences de l'information**: bibliothèques, archives, documentation, musées. Mont-Saint-Aignan: Klog, 2014.
- ALMEIDA JR., O. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.
- ARAÚJO, C. A. Á. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação**: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.
- BATES, M. The information professions: knowledge, memory, heritage. In: ASSOCIATION FOR LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE EDUCATION CONFERENCE, 1, 2012. **Anais...** Dallas: Association for Library and Information Science Education, 2012. Disponível em: <<http://pages.gseis.ucla.edu/faculty/bates/article/pdf/InfoProfessions.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- BELKIN, N. J. The cognitive viewpoint in information science. **Journal of Information Science**, v. 16, n. 1, p. 11-15, 1990.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **Construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BROOKES, B. C. The foundations of information science: part I: philosophical aspects. **Journal of Information Science**, v. 2, p. 125-133, 1980.
- BURKE, P. **Uma história social do conhecimento II**: da enciclopédia à Wikipédia. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CACALY, S. et al (Eds.). **Dictionnaire de l'information**. Paris: Armand Colin, 2008.
- CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003.
- CAPURRO, R. Pasado, presente y futuro de la noción de información. In: ENCUESTRO INTERNACIONAL DE EXPERTOS EM TEORÍAS DE LA INFORMACIÓN, 1, 2008. **Anais...** Leon: Universidad de Leon, 2008.
- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.
- CURRÁS, E. **Ontologias, taxonomias e tesaurus em teoria de sistemas e sistemática**. Brasília: Thesaurus, 2010.
- DAY, R. **The modern invention of information**: discourse, history and power. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2001.
- DEBRAY, R. **Curso de midiologia geral**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- DURAND, G. **A imaginação simbólica**. Lisboa: Edições 70, 1993.

FERNÁNDEZ MOLINA, J.C.; MOYA ANEGÓN, F. Perspectivas epistemológicas “humanas” en la documentación. **Revista Española de Documentación Científica**, v. 25, n. 3, p. 241-253, jul./set. 2002.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23, 1995, Edmonton. **Anais...** Toronto: Canadian Association for Information Science, 1995.

GARFINKEL, H. **Toward a sociological theory of information**. Boulder: Paradigm, 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376/8576>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain analysis. **Journal of American Society for Information Science**, v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995. Disponível em: <<http://comminfo.rutgers.edu/~kantor/601/Readings2004/Week3/r5.PDF>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science. Eleven approaches: traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.

INGWERSEN, P. Conceptions of information science. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Eds.). **Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives**. Londres: Taylor Graham, 1992, p. 299-312.

KETELAAR, E. Tacit narratives: the meaning of archives. **Archival Science**, v. 1, 2001, p. 131-141.

LANKES, D. **The atlas of new librarianship**. Cambridge: MIT Press, 2011.

LÓPEZ YEPES, J.; OSUNA ALARCÓN, M.R. (Coords). **Manual de ciencias de la información y documentación**. Madri: Pirámide, 2011.

MARTELETO, R. M. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em ciência da informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 3, n. 1, p. 27-46, jan./dez. 2010. Disponível em: <http://www.arca.fiocruz.br/xmlui/bitstream/handle/icict/2247/Marteletto_redes%20sociais%20mediacao%20e%20apropriacao%20de%20informacoes.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 jul. 2016.

MARTELETO, R. M.; COUZINET, V. Mediações e dispositivos de informação e Comunicação na apropriação de conhecimentos: elementos conceituais e empíricos a partir de olhares intercruzados. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 7, n. 2, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/450/1104>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

McKENZIE, P. A model of information practices in accounts of everyday-life information seeking. **Journal of Documentation**, v. 59, n. 1, p. 19-40, 2003. Disponível em:

<http://publish.uwo.ca/~pmckenzi/McKenzie_J.Doc_2003.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

ØROM, A. Information science, historical changes and social aspects: a Nordic Outlook. **Journal of Documentation**, v. 56, n. 1, p. 12-26, 2000.

RÚSSIO, W. Interdisciplinarity in museology. **Museological Working Papers – MuWoP**, v. 2, p. 56–57, 1981.

SARACEVIC, T. Information science. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999.

SARACEVIC, T. (Ed.). **Introduction to information science**. Nova Iorque: Bowker, 1970.

SAVOLAINEN, R. Everyday life information seeking: approaching information seeing in the context of way of life. **Library and Information Science Research**, n. 17, p. 259-294, 1995.

SEARLE, J. R. Minds, brains and programs. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 3, n. 3, p. 417-457, 1980.

SHANNON, C.; WEAVER, W. **Teoria matemática da comunicação**. São Paulo: Difel, 1975.

SILVA, A. **A informação**: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto: Afrontamento, 2006.

SMIT, J. W. Arquivologia, biblioteconomia e museologia: o que agrega estas atividades e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 1, n. 2, p. 27-36, 2000.

SPITERI, L. Incorporating facets into social tagging applications: an analysis of current trends. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 48, n. 1, p. 94-109, 2010.

STRÁNSKÝ, Z. Sobre o tema “museologia – ciência ou trabalho prático?”. **Museologia e Patrimônio**, v. 1, n. 1, p. 101-105, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/10/5%3E>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.